



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER LEGISLATIVO PRÉVIO**

**PROJETO DE LEI Nº: 05/2024**

**INICIATIVA:** Poder Executivo

**PROCESSO Nº: 292/2024**

**PARECER Nº: 44/2024**

**EMENTA:** Altera a súmula e dispositivos da Lei nº 3.477 de 19 de agosto de 2022, conforme especifica.

## **1. Síntese da Proposição Legislativa**

Submete-se à instrução legislativa o Projeto de Lei do Executivo nº 05/2024, que “Altera a súmula e dispositivos da Lei nº 3.477 de 19 de agosto de 2022, conforme especifica.” A proposição tramita no sistema eletrônico de proposições legislativas, tendo sido autuado no setor de protocolo sob o nº 292/2024 com data de 14/03/2024, e é acompanhada de justificativa escrita, nos termos regimentais.

Atendendo ao disposto no art. 3º da Portaria 113/2023, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, a presente instrução jurídica abordará os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação da proposição legislativa, bem como apontará sugestão de comissões para tramitação da proposta.

## **2. Identidade e Semelhança**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, dever ser arquivada pela Presidência ou Comissão de Redação e Justiça, a tramitação de proposições com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

No trâmite da Proposição em análise, consta a informação do Setor Legislativo, registrando a inexistência de proposição similar, quer seja em trâmite, arquivada ou revogada, salvo a indicação que a originou.

Do exposto extrai-se a inexistência de óbice à regular tramitação da proposição, que deve ser objeto de apreciação pela comissão permanente competente para apreciar a admissibilidade.

### **3. Técnica Legislativa**

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, ambos do RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza e em termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

A proposição em exame, em primeira análise, está adequadamente redigida inexistindo óbice desta ordem à sua tramitação.

### **4. Considerações**

Sob análise o Projeto de Lei do Poder Executivo nº 05/2024, de iniciativa do Prefeito, que altera a Lei Municipal nº 3.477 de 19 de agosto de 2022 que dispõe sobre as feiras do produtor rural do Município de Campo Largo. Em sua justificativa discorre o autor, em suma, que o Projeto visa dar



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

mais clareza à súmula e dispositivos da lei, de modo a permitir adequada compreensão legislativa.

Aduz ainda que com a alteração, a Lei nº 3.477/2022 que cria, implanta e reserva espaço para barracas nas feiras livres, também permitirá o mesmo para os food trucks e similares, sendo importante destacar que a medida, assim com a própria lei, é destinada exclusivamente aos pequenos produtores rurais e da agricultura familiar, devidamente cadastrados no município, para comercialização de produtos orgânicos e não orgânicos por estes produzidos.

Por derradeiro consigna que o projeto visa adequar e proporcionar meios de acesso da população aos alimentos rurais, fomentando a renda familiar do pequeno produtor e da agricultura familiar.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art. 30, inciso I da Constituição Federal, o qual dispõe que o Município tem competência para legislar sobre assuntos locais e suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Além do exposto, assim também diz a Lei Orgânica do município, quando trata da competência dos entes da federação:

Art. 11. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (NR)

(...)

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; (NR)



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

Assim, o Projeto de Lei tem amparo legal e é pautado na busca pelo pleno exercício de incentivo às comunidades locais e ao crescimento econômico do município, para além disso, busca atender ao disposto no artigo 203, do mesmo diploma legal:

Art. 203. Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

I - fomentar a livre iniciativa;

II - privilegiar a geração de empregos;

VII - dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil; às microempresas e pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII - estimular o associativismo, o cooperativismo, as microempresas e atividades artesanais;

Parágrafo Único Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. (NR)

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001. Logo, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico Municipal.

Feitas as considerações que julgamos necessárias e cabíveis, há o entendimento de que a proposição está cumprindo com as formalidades constitucionais quanto ao processo legislativo.

## **5. Comissões competentes**

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

àquelas definidas regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes, indicadas no presente caso: a) Comissão de Justiça e Redação; b) Comissão de Obras e Serviços Públicos.

## **6. Conclusão**

Feitas as considerações necessárias e pertinentes para a etapa inicial de discussão da proposição legislativa, não se encontra óbice à regular tramitação da proposição em análise, e ressalta-se o caráter técnico instrumental do opinativo deste Parecer Prévio, uma vez que a decisão de admissibilidade é de competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais.

Admitida a tramitação da proposta, deve ser observada a competência para análise dos aspectos técnicos especializados das demais Comissões permanentes em suas respectivas áreas de conhecimento.

Por fim, deve ser reservada ao Plenário a análise do mérito, oportunidade e conveniência da proposta normativa.

É o parecer jurídico prévio, salvo melhor juízo.

Campo Largo, 19 de março de 2024.

GLEICIANE ELLEN MACORIM

Assessora Legislativa

Câmara Municipal de Campo Largo – PR



Fls. \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

De acordo,

**EMANUELY WOISKI TEIXEIRA**

Diretora Jurídica

Câmara Municipal de Campo Largo – PR

OAB/PR 61.549